

“EU QUERO SER PROFESSORA. É O QUE EU AMO”: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO MEC SOBRE “SER PROFESSOR”

Monalisa Pontes da Silva

Fundação Francisco Mascarenhas

Faculdades Integradas de Patos

Programa de Pós-Graduação Lato Sensu

Curso de especialização em linguística aplicada ao ensino de Língua Portuguesa

(monahclarc@gmail.com)

Resumo: O presente artigo é o resultado de uma pesquisa documental que teve como objetivos refletir sobre os discursos materializados na propaganda do Novo Ensino Médio proposto pelo MEC, analisar os efeitos de sentido produzidos pelo enunciado “Eu quero ser professora. É o que eu amo” presente no vídeo divulgado por este órgão que aborda o novo formato do Ensino Médio e identificar a(s) representação(ões) do “ser professor” no discurso propagado pelo MEC nos meios de comunicação. O nosso interesse em analisar este enunciado é de desvendar o que está nas entrelinhas da propaganda divulgada pelo MEC. O referido enunciado está fundamentado em discursos que precisam ser problematizados, uma vez que influenciam não só a visão dos jovens que estão se preparando para ingressar no ensino médio, como também toda a sociedade que está assistindo a propaganda, criando uma representação sobre o ser professor, como aquele que deve fazer/seguir a profissão levando em consideração apenas o amor, a vocação e não as condições de trabalho. Sendo assim, pretendemos desvendar os discursos difundidos na propaganda do MEC, por meio da leitura discursiva com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Para tanto, apresentamos um recorte imagético da cena que representa o lugar da enunciação e os quatro enunciados que compõem a propaganda, enfatizando discursivamente o enunciado da personagem jovem que se levanta, assumindo para o público que quer ser professora, por ser algo que ama. Notamos que as escolhas lexicais e o local da enunciação onde se passa a propaganda demarcam uma posição ideológica e histórica a respeito da profissão docente. Através desse estudo, pudemos perceber que, por meio da referida propaganda, o MEC assume um enunciado que remete ao amor à docência, mas ratifica o discurso da desvalorização e o desrespeito à docência.

Palavras-chave: Sujeito professor, Discurso, MEC.

1 INTRODUÇÃO

A proposta para o Novo Ensino Médio divulgada pelo MEC (Ministério da Educação), em 2016, é voltada para o teor da praticidade, uma vez que os jovens poderão fazer suas escolhas, optar por uma modalidade acadêmica ou uma formação técnica e profissional. A estrutura desse novo ensino visa atrair a juventude para as salas de aulas, uma vez que ela terá liberdade de escolher e traçar suas trajetórias de acordo com seus planejamentos de vida. Mas, a implantação do novo ensino médio depende da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem como papel estabelecer as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação do aluno.

Esse programa, o novo Novo Ensino Médio, tem como fundamento melhorar a educação para os jovens, oferecerá um ensino estimulante e compatível com suas realidades, a juventude poderá analisar com qual categoria mais se identifica, e a partir daí, decidir por uma modalidade acadêmica ou uma formação técnica e profissional. Divulgado pelo MEC, em 2016, e recentemente, em 2017 na Tv (aberta) a propaganda representada por meio de um vídeo cujo cenário é um auditório com vários jovens. Quatro destes jovens se levantam de suas cadeiras para enunciar as suas escolhas, apresentando assim, esclarecimentos acerca de como será abarcado o Novo Ensino Médio.

Entretanto, a propaganda chamou a nossa atenção causando certa inquietação porque somente um enunciado (quatro jovens, logo, quatro enunciados na propaganda) de uma moça, dizia que almejava a profissão escolhida em questão, por amor.

Por isso, torna-se instigante investigarmos/refletirmos acerca do enunciado: “Eu quero ser professora. É o que eu amo” que vem sobrecarregado de sentimentalismo, entretanto, os outros três enunciados, não. O nosso interesse em analisar este enunciado é de desvendar o que está nas entrelinhas da propaganda divulgada pelo MEC. E como percebemos, o referido enunciado está fundamentado em discursos que precisam ser problematizados, uma vez que influenciam não só a visão dos jovens que estão se preparando para ingressar no ensino médio, como também toda a sociedade que está assistindo a propaganda, principalmente, criando uma representação sobre o ser professor, como aquele que deve fazer/seguir a profissão levando em consideração apenas o amor, a vocação e não as condições de trabalho. Sendo assim, pretendemos desvendar os discursos difundidos na propaganda do MEC por meio da leitura discursiva com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa.

Elencamos como objetivos da nossa pesquisa refletir sobre os discursos materializados na propaganda do Novo Ensino Médio proposto pelo MEC, analisar os efeitos de sentido produzidos

pelo enunciado “Eu quero ser professora. É o que eu amo” presente no vídeo divulgado por este órgão que aborda o novo formato do Ensino Médio e identificar a(s) representação(ões) do “ser professor” no discurso propagado por ele nos meios de comunicação.

Para tanto, pretendemos desvendar os discursos difundidos na propaganda do MEC, por meio da leitura discursiva com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa.

2 O DISCURSO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Para a Análise do Discurso (AD), o discurso é um objeto extralinguístico, vai além das acepções advindas das noções comumente admitidas pelos indivíduos que integram a sociedade, isto é, discurso envolve algo que é externo à língua, de aspecto social e de natureza não estritamente linguística, entendendo-se então diante disto, que discurso não é língua, nem texto, tampouco fala. Discurso implica algo exterior à língua, envolve aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Diante dos efeitos de sentido produzidos mediante as condições de produção Pêcheux (1997), leva em consideração que:

um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido da oposição: é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. (PÊCHEUX, 1997, p.77, grifos do autor)

Ora, então, como já observamos, ao falarmos em discurso precisamos considerar os elementos que têm existência no social, as ideologias, a História. Assim, ao analisar um corpus, não devemos nos deter em encontrar o real, mas realizar uma interpretação, do que se diz num determinado espaço. Percebemos a partir dos pontos já elencados, que o discurso é a tensão gerada entre interlocutores sob determinadas condições de produção instituídas pelo contexto sócio-histórico e ideológico.

Quando lemos ou escrevemos, sentimos muitas vezes a existência de sentidos familiarizados, ou temos a impressão de que aquilo já foi dito em outro lugar, é claro, sob outras condições, intenções e significações. De acordo com Dantas (2007, p. 41), este tipo de fenômeno é estudado por Michel Pêcheux (1988, p. 164) denominado como pré-construído, “corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece impõe a realidade e seu sentido sob a forma da

universalidade, o mundo das coisas”. Dessa forma, podemos compreender que o pré-construído estará presente em qualquer ato comunicativo, pois nenhum enunciado é novo, está sempre nos remetendo a situações que já foram enunciadas anteriormente e que passam a atuar e (re)significar em uma enunciação atual, outros efeitos de sentidos que podem ser ou não semelhantes, aos enunciados do passado.

O sentido é parte integrante do discurso. O pré-construído proporciona reinterpretções na língua e passam a (re)significar no discurso novas feições ideológicas passando o sujeito a construir seu próprio enunciado e efeitos de sentido produzidos ideologicamente pelos sujeitos envolvidos, pelo modo de compreender/ver a realidade política e social na qual estão inseridos. “Os sentidos, e não apenas o significado da palavra são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (FERNANDES, 2008, p. 13). Os sentidos estão intrinsecamente relacionados às condições em que são produzidos, não dependem, apenas, da intenção dos sujeitos.

Para a AD, o enunciado deve ser pensado tanto na sua teorização, quanto na sua metodologia, ou seja, para se discutir sobre o enunciado é preciso refletir acerca de seu corpus. O enunciado é diferente do ato de fala, da proposição e da frase. Para Foucault (1995), o enunciado.

a) está no plano do discurso; b) não está submetido a uma estrutura linguística canônica (não se encontra o enunciado encontrando-se os constituintes da frase); c) não se trata do ato material (falar e/ou escrever), nem da intenção do indivíduo que o realiza, nem do resultado alcançado: trata-se da operação efetuada [...] pelo que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado (FOUCAULT, 1995, p. 94).

Face à historicidade do enunciado, a produção de sentidos irá se ligar à memória do sujeito, que por sua vez, reatualizará outros enunciados. O enunciado é, pois, a manifestação do discurso, sendo ele apresentado na modalidade escrita ou na oral, caracterizado pela sua mutabilidade frente aos aspectos históricos, sociais e ideológicos que condicionam e determinam sua produção.

Associa-se a enunciado toda materialidade linguística verbal e/ou não verbal. Para que o sentido se instaure no enunciado é necessário que haja a recorrência aos aspectos socioculturais e ideológicos, pois para a AD a ideologia é elemento condicionante do sentido do enunciado e parte constitutiva de toda manifestação discursiva. Na perspectiva de Orlandi (1994, p. 21), em meio a filiações de sentido e da memória, ao analisarmos o discurso, e não somente o sentido contido nas palavras, buscamos o entendimento e a explicação na construção de sentido que se faz de um texto e como se dá a sua articulação com a história e a sociedade que o produziu.

Para termos efeitos de sentido, necessariamente teremos que ter toda uma interdiscursividade, ou seja, entrecruzamento discursivo de certo saber que se entrecruza com outro saber para produzir

um novo sentido, digamos, diferentes abordagens sobre um mesmo tema. Parafraseando Orlandi (1994, p. 31), o interdiscurso é responsável pela reprodução de dizeres que interferem na maneira como o sujeito significa em uma determinada situação discursiva. Aquilo que convencionamos chamar "sentido" é na verdade, efeito de nossa interação com os textos mediada pela ideologia. Dependendo da perspectiva que adotarmos, das condições de produção, teremos um ou mais efeitos de sentido. Sobre as relações de sentidos, vemos que:

as condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discursos que não se relacione com outros. Em outras palavras, o sentido resulta de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros (ORLANDI, 1994, p. 39).

O sentido é refratado pela ideologia e se converte em efeitos de sentido, ele se constrói a partir da condição de produção e depende da posição, do lugar da enunciação, o sentido se inscreve num discurso que lhe é anterior. Assim como o sentido, o enunciado, a ideologia e as condições de produção, o sujeito discursivo e a enunciação também constituem como elementos relevantes na reflexão sobre o discurso. Qualquer enunciação supõe uma “posição ideológica no ato de enunciar e que integra a enunciação, lugar sócio-histórico-ideológico de onde os sujeitos dizem e que marcam o momento e o ato de dizer” (FERNANDES, 2008, p. 19). A enunciação é este espaço sócio-histórico e ideologicamente demarcado, onde o discurso nasce e é a partir dele que os enunciados recebem seu sentido.

A partir daí, ora, surgem ideias básicas de que o sentido, assim como o sujeito, não é dado a priori, mas constituído no e pelo discurso. A ideia de um sujeito descentrado, embora seja fundamental, pois não existe discurso sem sujeito, perde sua essencialidade ao integrar-se no funcionamento dos enunciados. Uma vez que a palavra se dirige a um interlocutor, isto é, de alguém para alguém, tem-se a enunciação como um produto resultante da interação de dois indivíduos (eu/outro) posicionados e organizados socialmente.

Os sentidos flutuam de acordo com as condições de produção e ganham valor histórico e quanto às palavras, ganham novas materialidades linguísticas na memória discursiva, um espaço onde se encontra armazenado conceitos arquivados de determinados dizeres. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. De acordo com Fernandes (2008, p. 18-19), “trata-se de acontecimentos que são exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção”.

Não há como escapar da natureza histórica da linguagem, as nossas ideias são construídas por meio da linguagem, articulamos saberes de diversos campos, de diversas formações discursivas,

que por sua vez, refere-se ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas perpassadas por várias ideologias que circulam entre estas formações discursivas. Abraçando esta perspectiva afirma Fernandes (2008, p. 18) “O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso”.

As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e de seus respectivos efeitos que são múltiplos e variados. As condições de produção, estão intrinsecamente relacionadas ao sujeito, a situação e a maneira como a memória aciona tais condições, levam-se em consideração o contexto histórico-cultural, ideológico. A memória é tratada como interdiscurso, este por sua vez, é definido como aquilo falado anteriormente, em outro lugar, independentemente.

O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma dada situação discursiva, cujos sentidos já foram ditos por alguém, em outros momentos e lugares diferentes, ou seja, estamos reproduzindo e re-significando dizeres anteriores ao nosso para construir o nosso discurso. E os novos sentidos não advêm das palavras em si, mas de suas condições de produção (contexto), embora acreditemos (inconscientemente), que produzimos tudo o que dizemos, entretanto, apenas, retomamos sentidos já pré-existentes. Quanto a este processo polissêmico, vemos a seguinte afirmação:

A polissemia é um processo que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado, a fonte que multiplica sentidos, fazendo da linguagem um processo concreto e estabelecendo a criatividade. A multiplicidade, sem a qual não haveria dizer, é a condição de existência da linguagem. (DANTAS (2007, p. 59-60)

Ao articularmos uma maneira de dizer, e não outra, estamos na verdade, escolhendo uma diante das inúmeras possibilidades que a língua nos fornece para construir sentidos. Este sujeito discursivo entra na linguagem e aceita jogar aquela linguagem escolhida por ele buscando assim sua completude na interação linguística com o outro. Trata-se de um sujeito assujeitado às condições de discurso dadas pela língua e pela ideologia, ele rediz e reorganiza algo já dito por outros. Quanto a este aspecto paráfrastico da linguagem, vemos que

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. (...) O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 1994, p. 32)

A paráfrase e polissemia são forças que trabalham de maneira contínua o dizer, de modo que o discurso é permeado por um jogo de tensão entre o mesmo e o diferente, isto é, o já-dito e aquilo que se tem a dizer. A constituição dos sujeitos e da produção dos sentidos se dá pela inter-relação

entre o já-dito e aquilo que dizemos. Esta tensão, gerada pela historicidade remete-se à noção de sujeito ideológico, sendo seu discurso um recorte de discursos de outras pessoas. Esta relação entre discursos, nos leva a refletir sobre as várias vozes oriundas de diferentes discursos que se manifestam num dado enunciado.

De acordo com Orlandi (1994, p. 36) “os processos paráfrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer”, isto é, escolhemos um modo de enunciar e não outro, reorganizando coisas já ditas e construindo sentidos. Quanto à outra força que trabalha de forma contínua o dizer, a polissemia, é vista como a “fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos e – os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 1994, p. 38). Sobre este aspecto polissêmico da linguagem, notamos que o sujeito acredita ser o controlador dos sentidos daquilo que diz, quando, na realidade apenas retoma sentidos já pré-existentes.

Os detalhamentos arrolados em torno das noções de discurso, sentido e sujeito, levam-nos a refletir sobre transformações sociais historicamente marcadas. Como já ressaltamos anteriormente, os enunciados apreendidos em dada materialidade linguística explicitam que o discurso constitui-se da dispersão de acontecimentos e discursos outros, historicamente marcados, que se transformam e se modificam.

Compreendemos que as relações de poder são sobrecarregadas politicamente por ideologia e, obedecendo às mudanças que sofrem, diversas vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História. Estas modificações político-ideológicas nos discursos decorrem da mudança de sujeitos em cena, ou da transformação dos sujeitos na linha do tempo, o que implica mudanças no espaço social, e conseqüentemente, outros efeitos de sentidos produzidos mediante o novo cenário sociocultural. O discurso não é a língua(gem), mas para que se concretize necessita de sua existência material e/ou real. Portanto, quando o discurso se materializa em um determinado contexto histórico, presença e incorpora as manifestações que ocorrem neste espaço temporal.

Finalmente, destacamos ao longo deste projeto, o quanto a Análise do Discurso pode contribuir para o pesquisador nas reflexões adotadas diante de seu objeto e dos resultados da pesquisa. Diante de tudo que expusemos sobre alguns dos conceitos-chaves que integram a AD, reiteramos, pois, que a noção de sentidos, é intrinsecamente dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia, logo, envolve os sujeitos em interlocução.

E para enunciar o sujeito precisa se inserir em uma formação discursiva. De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s).

Portanto, ao analisarmos o discurso, buscamos o entendimento e a explicação na construção de sentido que se faz de um texto e como se dá a sua articulação com a história e a sociedade que o produziu. Uma palavra pode abranger diversos sentidos em consonância com o lugar socioideológico dos sujeitos (interlocutores) que a empregam. A partir destas reflexões podemos afirmar que a língua se insere na história (também a construindo) para produzir sentidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançarmos os objetivos propostos para o presente estudo, seguimos o caminho da pesquisa qualitativa que, segundo Silveira e Córdova (2009), “tem como objetivo explicar e interpretar o fenômeno que será analisado”, no caso, (o discurso do MEC sobre “ser professor”) e não quantificá-lo com valores.

Além disso, buscamos produzir informações relacionadas a aspectos da vida real que não podem ser quantificados (atribuídos dados numéricos ou procedimentos estatísticos) e identificar fatores que determinam o desenvolvimento do fenômeno em questão. Por isso, quanto ao procedimento da coleta de dados, esta pesquisa é do tipo documental, visto que se constitui por meio de fontes diversas e dispersas, de abordagem não analítica, realizada a partir do levantamento de referências teóricas e publicações escritas e eletrônicas, como livros, artigos científicos, vídeos publicados na mídia etc.

Para a realização da nossa pesquisa, apresentamos um recorte imagético da cena que representa o lugar da enunciação e os quatro enunciados que compõem a propaganda:

1º jovem – “Eu quero fazer jornalismo”; 2ª jovem – “Eu quero ser professora. É o que eu amo”; 3º jovem – “E eu, designer de games” e 4ª jovem – “Eu quero um curso técnico para já poder trabalhar”.

Enfatizaremos o enunciado da 2ª jovem que se levanta, assumindo para o público que quer ser professora, por ser algo que ama. Além disso, para entendimento de um todo, situaremos o local da enunciação dos sujeitos do vídeo.

4 O DISCURSO DO MEC SOBRE “SER PROFESSOR”

O enunciado que analisaremos está presente no vídeo que está sendo divulgado pelo MEC, cuja proposta é informar para os telespectadores, ou seja, para a sociedade brasileira, em especial os jovens, que a partir da reformulação da estrutura curricular do ensino médio, o jovem terá uma educação de melhor qualidade e oportunidade/liberdade para fazer escolhas de acordo com sua vocação, decidindo assim o seu futuro de forma mais objetiva.

Antes de nos direcionarmos para o foco da análise, faz-se necessário para entendimento de um todo falar um pouco a respeito do local da enunciação dos sujeitos do vídeo. Quando olhamos o lugar ideológico de onde enunciam (um auditório) os sujeitos, ele já traz em si uma memória discursiva, a de hierarquia, ou seja, as condições de produção desse vídeo não incluem apenas o contexto sócio-histórico e ideológico, mas também o imaginário, produzido pelas instituições, sobre o já-dito. Memória esta de hierarquia, representada por um conjunto de discursos coletivos constituídos sócio-histórico-culturalmente entrelaçados por acontecimentos anteriores e exteriores ao texto, de caráter interdiscursivo. Vejamos as imagens do vídeo:



Disponível em: https://youtu.be/7_Fdhibi0yQ Acesso em: 10 de jan. 2017.

Observando acima, o lugar da enunciação dos sujeitos do vídeo da propaganda do MEC, podemos notar que é a partir deste espaço, um auditório, onde os sujeitos enunciam que será constituído aquilo que dizem. Seus dizeres estão intrinsecamente relacionados com outros dizeres já realizados, pensados ou possíveis. Ora, é neste espaço interdiscursivo, onde se dá a enunciação dos sujeitos discursivos (quatro jovens) falando sobre as suas escolhas, que temos como pano de fundo a imagem de um auditório que aparece no vídeo promovendo efeitos de sentido correlacionados com outro lugar – o Congresso Nacional. Esta imagem que temos do auditório é constituída a partir da posição que os sujeitos assumem na determinada conjuntura sócio-histórica em que estão implicitamente mergulhados – o Congresso Nacional.

Portanto, esta relação entre auditório e Congresso Nacional não é aleatória. Ela foi estabelecida propositalmente para que fique bem clara a relação de poder, para que o telespectador compreenda (de maneira intencional) que aqueles que criam e vetam as leis estão lá (no Congresso

Nacional). Um cenário pensado pelo outro (governo) com intenção de demonstrar e de intensificar a sua força e a sua voz, e que é claramente notada no enunciado “Eu quero ser professora. É o que eu amo” presente no discurso do MEC, cujas escolhas lexicais corroboram para que os jovens e os telespectadores enalteçam a ideia de que a docência necessariamente se exerce por amor e por gratidão. Essas relações hierarquizadas que há entre o governo e o povo são definidas como relações de forças, sustentadas no poder dos diferentes lugares em que se dá a comunicação.

A partir desse efeito de sentido, os jovens são levados a pensar que as escolhas foram feitas por eles, porém, foram determinadas pelo Outro, aquele que institui as ordens. E intuitivamente, ou não, este outro, revela-se por meio do enunciado “Eu quero ser professora. É o que eu amo”, trazendo à tona uma mensagem de total desvalorização com o profissional docente, demonstrando que a docência deve ser exercida por e/ou com amor ficando de lado, sem nenhum suporte governamental as condições de trabalho e a remuneração salarial desse trabalhador.

No vídeo, os sujeitos enunciam de um determinado lugar hierárquico, assumindo determinada posição que produz evidências, colocando-os na relação imaginária com suas condições materiais de existência, isto é, os enunciados dos jovens, a língua em si, e a história que atravessa a enunciação são representados por traços de um determinado lugar social, espaço este ocupado pelos nossos representantes políticos, um lugar de relações hierarquizadas chamado de Congresso Nacional.

Assim, como observamos acima, as condições de produção podem ser estabelecidas no sentido amplo, relacionadas não só ao contexto histórico-social e ideológico, mas ao imaginário (sobre o já-dito). E é essa memória, a memória do dizer, chamada de interdiscurso (em nossa análise é representado pelo cruzamento dos enunciados dos sujeitos discursivos e suas escolhas e, a atualização desse já-dito, representado pelo lugar hierárquico na enunciação) responsável pelos sentidos que se originam de outro lugar (do Congresso Nacional) para a constituição de sentidos dos enunciados dos quatro jovens.

Nesse sentido, a propaganda do governo, através do enunciado: “Eu quero ser professora. É o que eu amo”, dissemina efeitos de sentido, como o de que o professor não pode(rá) exigir do governo condições melhor de trabalho e que nada precisa ser mudado na realidade vivida por esse profissional. Observando os enunciados proferidos pelos jovens que defendem a escolha de outras profissões, vemos que nenhum deles fala que seguirá/fará determinada profissão movida pelo amor. Reiterando, efeitos de sentido são produzidos em condições determinadas e estão de alguma forma presentes no modo como se diz, nesse caso, nos dizeres dos quatro jovens, cujo único dizer que está

sobrecarregado de amor é o da segunda jovem “Eu quero ser professora. É o que eu amo”. Este discurso apresenta-se como sendo o lugar específico onde se relacionam linguagem e ideologia.

O sentido não é determinado pelas palavras, mas pelas condições ideológicas onde se encontram postas em meio a um processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, ou seja, estas condições podem ser recuperadas, através do próprio lugar onde as enunciações ocorrem, um auditório representando um lugar social hierárquico (Congresso Nacional), demonstrando as relações de forças, sustentadas no poder desses dois lugares tão diversos.

Podemos verificar também que o MEC quer transparecer a ideia de aceitabilidade diante de seu discurso “Eu quero ser professora. É o que eu amo”, fazendo com que o professor e os jovens que pretendem seguir essa profissão aceitem o discurso de que a sua forma de trabalho, independente das condições, deve ser desempenhada sem questionamentos, mesmo que seja mal remunerado e mal tratado, tendo em vista que escolheu a profissão por amor. Como decorrência desse discurso, podemos ver que na contemporaneidade, cada vez mais, o professor está sendo desvalorizado e desrespeitado não só pelo Governo, mas também pelos próprios alunos em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que os efeitos de sentido analisados em torno do enunciado “Eu quero ser professora. É o que eu amo” estão sobrecarregados de relações hierarquizadas, cuja intenção do governo, transmitida pelo discurso da propaganda do MEC é transmitir uma ideologia de controle e poder. É um discurso permeado de desvalorização docente e de desrespeito, infelizmente, o que se vê no Brasil, é a má remuneração de seus professores. A carreira do professor brasileiro, sempre esteve mergulhada em uma desvalorização histórica e ideológica.

Outra questão decorrente desse discurso da profissão por amor é a condição de trabalho, a sua jornada. O trabalho docente tem especificidades diferenciadas da maioria das profissões, por se estender para além do momento de atuação, no caso, para além da sala de aula. No que tange à sua condição salarial, o salário do professor se encontra, muitas vezes, em um nível inferior ao da média dos demais trabalhadores que têm formação equivalente. Isso é a consequência da internalização do discurso da desvalorização da docência.

Diante dos resultados desta pesquisa, reiteramos a necessidade de olharmos de forma mais crítica para as propagandas propostas pelo MEC, para que possamos perceber os discursos que marcam os sujeitos, a exemplo do professor na sociedade. Ler os sentidos atravessados nessas

materialidades discursivas é uma forma de levar nossos jovens a entender que a docência não se exerce como uma forma de caridade, mas como uma profissão como outra que tem seus deveres e direitos.

Longe de se deixar influenciar pelo discurso do MEC, professores e jovens interessados em seguir essa profissão precisam abraçar a causa de valorização profissional e lutar para que os governantes invistam na educação e na carreira docente.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília, 2016.

DANTAS, A.M. **Sobressaltos do discurso – algumas aproximações da análise do discurso.** Campina Grande, 2007, p. 41-67.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. São Paulo: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MEC, Ministério da Educação. **O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade.** Disponível em: https://youtu.be/7_Fdhibi0yQ
Acesso em: 10 de jan. 2017.

ORLANDI, E. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Brasília, 1994.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SILVEIRA. D.T. & CÓRDOVA. F.P. A pesquisa científica. In: GERHARDT. T. E. & SILVEIRA. D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-37.